



SISTEMATIZAÇÃO DO PROJETO

MODELO INTEGRADO DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO

NO ESPÍRITO SANTO

Diretora-executiva: Carolina Ricardo
www.soudapaz.org

Autoria: Beatriz Graeff

Revisão e edição: Carolina Ricardo, Ingrid Passos e Natália Pollachi

Diagramação: Shake Design

Tradução da versão em inglês: Diogo Saraiva

Governo do Estado do Espírito Santo

Secretário de Governo: **Álvaro Rogério Duboc Fajardo**

Secretário de Segurança Pública e Defesa Social: **Coronel Alexandre Ofranti Ramalho**

Subsecretário de Segurança Pública: **Coronel Reinaldo Brezinski Nunes**

Gerente do Observatório Estadual da Segurança Pública: **Carlos Augusto Gabriel de Souza**

Gerente de Projetos Especiais: **Major Leonir Evaristo Vulpi Junior**

Grupo de Trabalho sobre Controle de Armas do Estado do Espírito Santo

Reinaldo Brezinski Nunes (coronel da Polícia Militar e subsecretário de Segurança Pública)

Carlos Augusto Gabriel de Souza (policia civil e gerente SESP)

Rogério Bubah (coronel do Corpo de Bombeiros e gerente SESP)

Sebastião Biato Filho (tenente coronel da Polícia Militar e gerente SESP)

Robertson Wesley Monteiro Pires (tenente coronel da Polícia Militar)

Marcelo Correa Muniz (coronel da Polícia Militar)

Christhian Carvalho Waichert (delegado da Polícia Civil)

Mirella de Oliveira Santos (perita da Polícia Técnico-Científica)

Barbara Caballero de Andrade (coordenadora do Observatório da Segurança Cidadã - IJSN)

Gabriel de Araújo Borges (assistente da Secretaria de Economia e Planejamento)

Equipe do projeto no Instituto Sou da Paz

Carolina Ricardo (diretora-executiva)

Natália Pollachi (gerente de projetos)

Ingrid Passos (assistente)

Rafael Rocha (pesquisador)

ISBN nº 978-65-89424-03-1

Projeto realizado com apoio
da Open Society Foundations

Agradecimentos

Agradecemos aos profissionais que foram os pontos de contato mais frequentes para o projeto: secretário Álvaro Duboc Fajardo, secretário cel. Alexandre Ofranti Ramalho, subsecretário cel. Reinaldo Brezinski Nunes, gerente do Observatório Estadual da Segurança Pública, Carlos Augusto Gabriel de Souza, gerente de projetos especiais, major Leonir Evaristo Vulpi Junior e o delegado da DESARME, Christhian Carvalho Waichert. Agradecemos também a cada servidor e servidora do estado do Espírito Santo que contribuíram disponibilizando seu tempo para entrevistas, visitas técnicas, coletas de dados, troca de experiências e todas as outras atividades essenciais à realização deste projeto.



Março de 2022

SUMÁRIO

Apresentação	04
Parte 1: Modelo Integrado de Controle de Armas na esfera estadual	06
Parte 2: Experiência do Espírito Santo	10
2.1. Contextualização do projeto	11
2.2. Etapas e metodologia	13
2.3. Boas práticas identificadas, produtos e avanços conquistados	15
2.3.1. Análises feitas com base nos registros de ocorrência e laudos periciais	16
2.3.2. Análises feitas com base no Sinarm	18
2.3.3. Impacto no aprimoramentos dos registros	19
2.3.4. Impacto na unificação de dados e automatização de análises	20
2.3.5. Fortalecimento de fluxos de cooperação	23
2.3.6. Aprimoramento do fluxo de custódia das armas apreendidas	24
2.4. Momento atual e próximos passos	25
2.5. Especial DESARME: implantação, atuação e casos emblemáticos	28
Parte 3: Chamado a outros estados	36

APRESENTAÇÃO

O Instituto Sou da Paz atua desde sua criação para fomentar políticas de controle de armas no Brasil. Entendemos que limitar a circulação de armas e munições é essencial para reduzir a violência armada, assim como é essencial apreender as armas e munições ilegais ou usadas no cometimento de crimes que já estão em circulação. Esse controle do mercado legal e o combate ao mercado ilegal dependem de uma intervenção articulada entre diversos órgãos e esferas governamentais, amparada na produção e compartilhamento de dados para planejar ações preventivas e ações de repressão e responsabilização.

O contexto brasileiro faz com que essa política de controle de armas seja especialmente urgente:



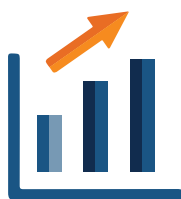
50 mil

mortes violentas no Brasil em 2020, 78% delas com uso de armas de fogo¹. Além do uso sistemático em homicídios, essas armas também são usadas em outros crimes graves, como roubos, ameaças e crimes sexuais, impactando fortemente a sensação de insegurança.



111 mil

armas de fogo apreendidas em 2020, 98% delas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública². As Secretarias Estaduais de Segurança Pública são as maiores detentoras de informação estratégica sobre o fluxo de armas usadas em crimes. No entanto, apenas uma minoria delas compartilha dados de forma sistemática com a Polícia Federal³, impedindo a produção de dados de inteligência nacional e uma ação integrada de combate ao tráfico.



2,4 milhões

é a quantidade de armas legalmente registradas por particulares no Brasil em 2021, já excluindo todas as armas de instituições públicas ou privadas de segurança, um aumento intenso de 78% em relação a 2018, que não foi acompanhado de investimentos proporcionais em melhoria da fiscalização, pelo contrário, se deu em cenário de ampla flexibilização das quantidades e tipos de armas acessíveis a pessoas comuns e de retrocessos nas ferramentas de fiscalização e investigação desses arsenais, expondo a população a alto risco e sobrecarregando polícias estaduais em cenário fiscal já desafiador.

¹ Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

² Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

³ De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, no ano de 2018, apenas 5% das armas apreendidas pelas Secretarias Estaduais de Segurança Pública estavam registradas também no sistema da Polícia Federal.

O combate ao tráfico de armas enfrenta uma série de desafios, dentre os quais podemos destacar a **quantidade de instituições** envolvidas, a **falta de coordenação**, a existência de **processos fragmentados**, a **escassez de dados**, além da falta de investimento em **ferramentas que otimizem** o trabalho.

No âmbito das polícias estaduais, observamos com frequência um baixo nível de conhecimento sobre armas e seus meios de rastreamento, a ausência de sistemas de registro da apreensão de armas que sejam padronizados ou que permitam extrair relatórios analíticos e a falta de recursos para perícias que produzam dados além da identificação e da eficiência da arma.

Nesse contexto, o Instituto Sou da Paz desenvolve diversos **projetos com a intenção de aumentar a capacidade estatal de controle do mercado legal e de combate ao mercado ilegal de armas e munições**. Entre esses projetos, há duas experiências emblemáticas com as Secretarias Estaduais de São Paulo e de Goiás, locais em que facilitamos grupos de trabalho para identificar as necessidades mais urgentes, realizamos análises de dados e de procedimentos para, de forma conjunta com servidores(as) e gestores(as) locais, gerar recomendações de mudanças ou de novas práticas viáveis no curto e médio prazo.

O relatório que apresentamos aqui sistematiza a trajetória do **projeto mais recente de apoio ao controle de armas que desenvolvemos junto ao governo do Espírito Santo**, entre os anos de 2019 e 2021. Este é o **projeto mais completo realizado nesse tema até o momento**, uma vez que, beneficiando-se do aprendizado dos projetos anteriores, ele teve como objetivo viabilizar a implantação de um modelo integrado de controle de armas que considerasse todas as interfaces da Secretaria Estadual de Segurança Pública com o tema.

Esse modelo se baseia no fortalecimento da capacidade de atuação do estado em quatro eixos: produção de dados estratégicos, inteligência policial, cooperação institucional e custódia de armas.

Tendo como elemento essencial uma equipe de gestores(as) locais engajados e cientes do potencial que esse tema tem de impactar diretamente a segurança nas ruas, os avanços obtidos foram notáveis. Esperamos que a experiência e os aprendizados relatados possam inspirar outros estados a também investir no controle da circulação de armas como atividade estratégica da sua segurança pública. Esse é um desafio nacional e cada passo nessa direção faz com que todos os resultados se multipliquem e se fortaleçam mutuamente.

ESSE MODELO SE BASEIA NO FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE ATUAÇÃO DO ESTADO EM QUATRO EIXOS: PRODUÇÃO DE DADOS ESTRATÉGICOS, INTELIGÊNCIA POLICIAL, COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL E CUSTÓDIA DE ARMAS



MODELO INTEGRADO DE CONTROLE DE ARMAS NO ÂMBITO ESTADUAL

MODELO INTEGRADO DE CONTROLE DE ARMAS NA ESFERA ESTADUAL

Os gestores estaduais, por meio de suas instituições de segurança pública, desempenham um papel primordial na consolidação de uma política de controle de armas capaz de reduzir efetivamente a quantidade de armas disponíveis para a criminalidade e, como consequência, produzir impacto direto na prevenção de mortes e de outros crimes violentos.

Para que esse papel seja adequadamente cumprido, é fundamental que se consolide, entre gestores e operadores da segurança pública, uma mentalidade que reconheça a necessidade e os benefícios de atuar de forma sistêmica e integrada no controle

de armas. Existem algumas percepções arraigadas e sem lastro em dados empíricos que os afastam dessa mentalidade, por exemplo, a ideia de que o mercado ilegal de armas seria alimentado primordialmente pelo tráfico internacional, que a grande maioria das armas não teria numeração de série, que nada poderia ser feito a respeito de armas não industriais ou a tendência a enxergar a apreensão de armas apenas sob a ótica dos indicadores operacionais das polícias.

Mudar essa perspectiva e olhar para a apreensão de armas como uma atividade estratégica, a ser planejada e ativamente perseguida, significa:



utilizar informações estratégicas para identificar e neutralizar rotas e traficantes de médio e grande porte, reduzindo a quantidade de armas disponíveis para o crime e, consequentemente, a periculosidade que seria gerada por essas armas;



utilizar dados de rastreamento de armas apreendidas para apoiar a identificação de autores de crimes e aumentar a sua responsabilização; e



promover uma custódia segura das armas apreendidas retiradas de circulação e das armas institucionais das forças de segurança, evitando desvios e gerenciando o seu uso.

Dentro dessa lógica, a apreensão de armas deixaria de ser apenas um produto colateral da atividade policial, um indicador operacional com impacto pontual no varejo do mercado ilegal e realizada em operações com alto risco de confronto. A apreensão de armas se transformaria em investimento e em recurso que promove a identificação e desarticulação de rotas de tráfico de armas, com impacto no atacado e mais duradouro, além de viabilizar operações de apreensão mais seguras, com menores riscos e custos sociais.

Vale destacar que o **controle de munições** é um tema relacionado que não será abordado com profundidade neste relatório, mas que deve igualmente ser objeto de atenção e de ação por parte das instituições ligadas à segurança pública, em todas as esferas de governo. A gestão e a investigação de origem das munições é extremamente importante, mas ainda muito incipiente no Brasil. No geral, os dados de apreensão de munição não são categorizados ou considerados de registro obrigatório, resultando em informações desorganizadas e não padronizadas. Muitas vezes a distribuição de munições institucionais também carece de atenção, não sendo inserida em sistemas eletrônicos e não utilizando a vinculação a códigos de lote como critério.

Partindo de um conhecimento acumulado sobre os principais desafios e fragilidades que impactam as atividades de combate ao tráfico de armas e de custódia de armas no Brasil, considerando a divisão legal de competências entre níveis federal e estadual e considerando as práticas bem sucedidas observadas em âmbito nacional e internacional, a figura da próxima página **sistematiza um modelo integrado de controle de armas implementado em âmbito estadual**, identificando os principais eixos sobre os quais as instituições de segurança pública devem se debruçar para aprimorar sua atuação nessa área, assim como os objetivos de cada eixo de atuação e os benefícios esperados.

Quadro 1

Fatores envolvidos nas modalidades de apreensões de armas colateral e ativa

APREENSÃO		
	Colateral	Ativa e planejada
	Não estruturada	Rastreamento sistemático com ampla base de dados
Forma	Consequência de abordagens, chamados, etc.	Investigativa, com identificações de responsáveis por tráfico, desvio ou mau uso
	Local, estadual	Estadual e nacional
Amplitude		
	Alto	Baixo
Risco		
	Pontual, no varejo	Duradouro, no atacado
	<ul style="list-style-type: none"> raramente apreende grandes quantidades; não desarticula redes; pode alimentar apreensões especializadas. 	<ul style="list-style-type: none"> desarticulação de rotas de tráfico de armas; menor disponibilidade (maior preço) no mercado ilegal; revisão de normas e diretrizes de fiscalização
Impacto		

Fonte: elaborado pelo Instituto Sou da Paz, 2022.

MODELO INTEGRADO DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO NO ÂMBITO ESTADUAL



Os objetivos são:

- Combater o tráfico de armas e munições
- Elucidar crimes
- Prevenir a violência armada

A transformação do modelo em um plano de trabalho deve partir de um diagnóstico, identificação de prioridades e disponibilidade de recursos



EXPERIÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO

EXPERIÊNCIA DO ESPÍRITO SANTO

2.1. Contextualização do projeto

O projeto de implementação de um modelo integrado de controle de armas que apresentamos neste relatório foi desenvolvido a partir de uma cooperação técnica firmada em 2019 entre o Instituto Sou da Paz e a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SESP) do Espírito Santo. O desenvolvimento das ações contou com participação direta de secretários e assessores das pastas de Segurança Pública e de Economia e Planejamento, além de gestores e operadores das polícias Civil, Militar e Técnico-Científica.

O Instituto Sou da Paz já havia participado de outras experiências de fomento de novas práticas na área de controle de armas em âmbito estadual. Em relação às experiências anteriores, a cooperação técnica com o Espírito Santo apresentou alguns diferenciais que impulsionaram o projeto desde o princípio.

Um fator que merece ser mencionado nesse sentido é o acolhimento que foi dado à proposta de cooperação técnica pelas lideranças da administração estadual, tanto dentro quanto fora da SESP. Isso foi possível, em grande medida, devido ao fato de que a apreensão de armas foi reconhecida como uma atividade de importante contribuição para o atingimento das metas estabelecidas para a segurança pública. Esse reconhecimento teve como um de seus componentes o fato de que, apesar das reduções recentes nas taxas de homicídios no Espírito Santo, o estado apresenta taxas de mortes violentas cometidas com uso de arma de fogo acima da média nacional, sendo essa uma importante frente de diversificação de ações.

Outro fator essencial foi a existência prévia de uma cultura de gestão integrada, multissetorial e voltada para resultados. A metodologia de gestão adotada pelo estado na área de segurança pública é consolidada no programa Estado Presente.

“O Programa Estado Presente em Defesa da Vida (2019) é uma iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, que tem por objetivo promover a segurança pública por meio de estratégias integradas e articuladas de enfrentamento à violência, proteção e defesa social. (...) O Programa segue o modelo de Governança e Gestão Integrada e Multissetorial orientada para resultados, com abrangência estadual e priorização geográfica. As ações estão divididas em dois eixos de atuação: (i) Proteção Policial, sob gerência da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP); e (ii) Proteção Social, sob gerência da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH). A Secretaria de Estado de Economia e Planejamento (SEP) é responsável pela articulação estratégica das ações entre os dois mencionados eixos.”

Fonte: Secretaria de Estado de Direitos Humanos.⁴

O programa se apoia em uma metodologia de gestão por metas, que parte da identificação de áreas prioritárias de atenção e acompanhamento constante de indicadores. São realizadas reuniões mensais com a presença do governador, para apreciação da evolução dos indicadores, para debate sobre tendências que se afastem das metas estabelecidas e para tomada de decisões. O envolvimento pessoal do governador e das lideranças de diversas secretarias de governo no acompanhamento do programa Estado Presente dá a dimensão da prioridade com que o estado tem atuado na área da segurança pública.

Outro diferencial do Espírito Santo foi o fato de que o estado é um dos poucos no país que conta com uma estrutura específica dedicada a investigações relacionadas ao tráfico de armas e munições, a Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (DESARME). Devido ao seu papel-chave dentro do modelo integrado de controle de armas, incluímos um relato detalhado sobre sua atuação na seção 2.5.

DIFERENCIAIS DO ESPÍRITO SANTO QUE CONTRIBUÍRAM PARA O PROJETO:



Lideranças estaduais sensibilizadas e comprometidas com uma política responsável de controle de armas de fogo;



Gestão integrada e orientada para resultados no campo da segurança pública (programa Estado Presente);



Existência de uma equipe especializada no combate ao tráfico de armas e munições (DESARME).

A APREENSÃO DE ARMAS FOI RECONHECIDA COMO UMA ATIVIDADE DE IMPORTANTE CONTRIBUIÇÃO PARA O ATINGIMENTO DAS METAS ESTABELECIDAS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA.

⁴ Disponível em: <https://sedh.es.gov.br/manual-do-eixo-de-protecao-social-do-estado-presente-em-defesa-da-vida>.

2.2. Etapas e metodologia

O desenvolvimento do projeto partiu de um **esforço inicial de diagnóstico que possibilitou uma visão aprofundada sobre a situação real do estado em relação ao registro e análise de armas apreendidas, assim como de sua custódia.**

Para o desenvolvimento do diagnóstico, a equipe do Sou da Paz realizou viagens ao Espírito Santo para dezenas de entrevistas com gestores e operadores de diversas áreas, visitas técnicas aos locais de desenvolvimento das principais atividades e reuniões de alinhamento com os interlocutores das secretarias estaduais de governo. Também foram analisadas as normativas estaduais disponibilizadas à equipe e outras fontes de informação, como relatórios já existentes de apreensão de armas e munições, exemplos de laudos balísticos diversos e de registros de ocorrência de apreensão de armas e munições, entre outros.

O diagnóstico abarcou **as seguintes áreas:**

Partindo dos pontos fortes e potencialidades identificadas na etapa de diagnóstico, foi elaborado **um plano de trabalho que organizou os desafios e possíveis caminhos para começar a saná-los para que, conjuntamente com gestores locais, fossem definidas as prioridades em que foram empregados os esforços conjuntos** de análise e de busca de soluções individualizadas.

As ações previstas no plano de trabalho possuíam diferentes níveis de complexidade e demandavam diferentes níveis de investimento. Por isso, a expectativa era de que elas fossem implementadas paulatinamente, gerando ganhos que impactam e retroalimentam cada um dos eixos que formam o modelo integrado de controle de armas no estado do Espírito Santo.

A conclusão da primeira etapa do projeto, que consistia na realização do diagnóstico e elaboração do plano de trabalho, coincidiu com o início da pande-

⁵ O levantamento de informações sobre os procedimentos de investigação foi feito por meio de entrevistas com a equipe da DESARME sobre sua metodologia de atuação. A equipe do Sou da Paz nunca acessou nenhuma investigação individualmente.



Registro das armas e munições apreendidas;



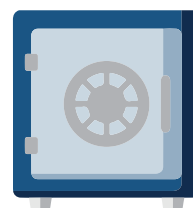
Procedimentos de investigação sobre a origem de armas apreendidas⁵ e estruturação da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (DESARME);



Fluxo e conteúdo das perícias de balística da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC);



Custódia das armas e munições apreendidas;



Custódia das armas e munições institucionais da Polícia Militar (PM).



Custódia das armas e munições institucionais da Polícia Civil (PC);



Envio das armas e munições apreendidas para destruição;

mia de Covid-19 no Brasil e a implementação das primeiras medidas de isolamento social, em março de 2020. Os meses iniciais da pandemia representaram um momento crítico de adaptação das rotinas de trabalho em todas as organizações e demandaram um esforço adicional das instituições ligadas à segurança pública para garantir a continuidade dos serviços essenciais que prestam à sociedade.

O desenvolvimento do projeto a partir desse ponto sofreu o impacto representado pela **suspensão de atividades presenciais** e o surgimento de novas demandas, havendo uma desaceleração no ritmo de trabalho em relação à expectativa inicial, até que aos poucos as atividades e instituições envolvidas se ajustaram aos recursos e novas rotinas de trabalho remoto.

Houve necessidade de reformular algumas ações previstas no plano de trabalho e priorizar atividades que implicassem menor nível de interação pessoal entre as equipes. As etapas seguintes do projeto, que inicialmente haviam sido pensadas como sequenciais, acabaram acontecendo de forma concomitante e interativa.

FOI ELABORADO UM PLANO DE TRABALHO QUE ORGANIZOU OS DESAFIOS E POSSÍVEIS CAMINHOS PARA COMEÇAR A SANÁ-LOS

O cumprimento de uma rotina de governança e de atividades foi, desde o princípio, entendido como uma premissa fundamental para o sucesso do projeto. No período de desenvolvimento da cooperação técnica, a manutenção dessa rotina garantiu não apenas o bom andamento do plano de trabalho como também a oportunidade de ampliar e aprofundar os processos que estavam sendo disparados.

As novas realidades impostas pela pandemia, assim como o próprio amadurecimento das equipes envolvidas mais diretamente no projeto, fizeram com que essas rotinas de governança assumissem diferentes formatos ao longo do tempo. **A capacidade de adaptação e a disposição em adequar os planos originais sempre que isso se mostrou necessário foi um fator muito importante para que os objetivos propostos fossem alcançados.**

As entregas dos relatórios elaborados pela equipe do Sou da Paz eram sempre acompanhadas pela realização de encontros (presenciais ou remotos) com todos(as) participantes envolvidos no acompanhamento da iniciativa. Essas entregas foram metodologicamente pensadas para ocorrer dessa forma, tendo em vista que a promoção do debate e da troca técnica entre as diversas áreas representava em si um benefício, que extrapolava e potencializava o conteúdo contido em cada análise produzida.

A partir de setembro de 2021, com a diminuição significativa dos casos de Covid-19 no país e a flexibilização das medidas de restrição à circulação, a equipe do Sou da Paz pode voltar a realizar viagens ao Espírito Santo para reuniões estratégicas. A retomada dos contatos presenciais favoreceu alguns processos de tomada de decisão e encaminhamentos relativos a desdobramentos do projeto.

Como descrito nas seções a seguir, parte das mudanças sugeridas no projeto já foram implementadas. Há outra parte que envolve ações de maior investimento ou maior complexidade que estão previstas para serem implementadas nos próximos meses e anos. Como parte da metodologia, o Instituto Sou da Paz se mantém à disposição para acompanhar esse processo.

2.3. Boas práticas identificadas, produtos e avanços conquistados

O diagnóstico realizado no início do projeto apontou que o Espírito Santo já dispunha de diversas boas práticas e inovações positivas, dentre as quais destacam-se:



A **ficha padronizada** de registro inicial das armas e munições apreendidas;



A **elaboração de laudos periciais** completos e semipadronizados;



A **criação da DESARME** e o início das suas atividades buscando cooperações; e



A **existência de sistemas de registro de custódia** das armas institucionais das polícias Civil e Militar.

Naturalmente, todas as áreas observadas no diagnóstico apresentavam oportunidades de melhorias incrementais ou estruturais. Para avançar, sem que uma mudança gerasse externalidades negativas em outras etapas do processo (dentro ou fora da SESP), foi importante manter no horizonte todos os fluxos e profissionais envolvidos desde o momento da apreensão até a destruição, e o objetivo maior de utilizar esses controles para redução da violência armada e mais eficiência no emprego de recursos públicos.

A equipe do Sou da Paz concentrou bastante esforço no apoio à geração de informações estratégicas, a partir de análises sobre os dados já existentes e da produção de novos dados. Esse aprofundamento do trabalho de análise de dados representou um salto significativo nos resultados obtidos, produzindo um conjunto amplo de cruzamentos e análises inéditas, com grande potencial de uso por diversas equipes, podendo trazer, por exemplo, novas informações para apoiar decisões de alocação territorial

de efetivo ou de outros recursos (como câmeras de monitoramento), indicação de informações disponíveis para equipes dedicadas à elucidação de crimes (como a presença de armas numeradas com propriedade rastreável) e novas análises de padrão e de origem para contribuir com o combate ao tráfico de armas no estado do Espírito Santo.

Por fim, optou-se por não incluir ações relacionadas ao fluxo de custódia de armas institucionais no plano de trabalho, tendo em vista que o Espírito Santo possui sistemas eletrônicos para registro de custódia das armas institucionais e que, concomitantemente ao projeto, fora realizada uma revisão de inventário e da distribuição de armas em função da troca de parte do armamento das polícias.

Tendo como ponto de partida o potencial que já estava implantado, registramos abaixo o que consideramos os principais produtos, ações e processos desencadeados ao longo do período de execução do projeto.

2.3.1. Análises feitas com base nos registros de ocorrência e laudos periciais

A SESP contava com duas fontes de dados pré-existent para trabalhar a análise das armas de fogo apreendidas: i. o banco de dados de boletins de ocorrência unificados (BUs) extraído do sistema Delegacia Online (DEON) e ii. os laudos de exames periciais de armas de fogo.

Os dados de apreensão das armas são registrados diretamente no sistema eletrônico DEON, tendo ficha própria para esse tipo de objeto, com campos específicos, como tipo da arma, tipo de fabricação, marca, calibre etc. Essas variáveis possuem listas suspensas com as entradas mais recorrentes já padronizadas (por exemplo, “pistola”, “revólver”, marca “Taurus”, marca “Smith & Wesson”, calibre “.38”, calibre “.40”), além de haver campos abertos para inserção de observações adicionais. Cada objeto apreendido recebe um código de identificação individualizado, facilitando o cruzamento dessa informação com outras, como as dinâmicas da apreensão.

Quando foi realizado o diagnóstico, verificamos que muitos peritos da SPTC tinham como boa prática utilizar uma planilha de apoio para elaboração de laudos, com o preenchimento de quesitos básicos pré-definidos que posteriormente eram exportados para um documento em formato *Word* padronizado.

Essa prática assegurava uma homogeneidade importante nos laudos, mas não incluía a preservação dessa planilha para análise. Assim, para viabilizar a análise dos dados contidos em aproximadamente 8 mil laudos, foi necessário desenvolver um código de programação para extrair dados em formato de texto e organizá-los no formato de banco de dados. A equipe do Sou da Paz dedicou quase dois meses de trabalho acompanhando o desenvolvimento e aperfeiçoamento desse código de programação.

A partir dessas duas fontes de dados, foi realizado um trabalho de análise com a intenção de apresentar padrões que pudessem orientar esforços específicos de investigação posterior, tanto das armas que apresentam um perfil recorrente, e podem ter semelhanças na origem ou no modo de uso, quanto daquelas que chamam atenção justamente por se desviar do padrão recorrente.

Após cruzamento e tratamento das informações, foi possível produzir um relatório sobre o perfil das armas apreendidas em 2018 e 2019 e sobre dinâmicas envolvendo armas roubadas, furtadas ou extraviadas do mercado legal. A análise utilizou dados extraídos de 8 mil laudos de balística e do primeiro exercício de fusão deste banco de dados com as informações do BU, tendo como foco o detalhamento do perfil da arma, o local e o tipo de crime da apreensão.

Considerando que a SESP já detinha à época análises gerais sobre perfil da arma apreendida por subregião, a análise foi direcionada para dados complementares para o combate ao comércio ilegal de armas, como, por exemplo, marcas e nacionalidades prevalentes em diversos perfis, alterações no padrão por tipo criminal, armas de fogo montadas artesanalmente ou adulteradas, desvio de armas para o mercado ilegal e identificação de casos ilustrativos dos potenciais de uso dessas variáveis.

As conclusões trouxeram detalhes inéditos das armas apreendidas no estado e evidenciaram a presença e a tendência de novas dinâmicas criminais. Essa análise também gerou recomendações de aprimoramentos nos registros e análises realizadas, alguns já em implementação. Abaixo, compartilhamos alguns destaques.



Tabela 1 Tipo de fabricação das armas apreendidas e periciadas em 2018 e 2019

FABRICAÇÃO	%
Artesanal	15%
Industrial	81%
Pressão	4%
Simulacro	0,3%

Os dados referendaram a percepção de que as armas de fabricação artesanal são um problema importante e crescente no estado.

Tabela 2 Nacionalidade das marcas das armas industriais apreendidas e periciadas

ARMAS NO GERAL	%
Brasil	73%
EUA	4%
Áustria	2%
Outros	6,5%
s/i	14,5%
ARMAS DE MAIOR POTENCIAL OFENSIVO*	%
Brasil	57%
EUA	15%
China	3%
Outros	4%
s/i	21%

*Fuzis, submetralhadoras e carabinas.

A análise de origem destacou que as armas de origem nacional são as mais relevantes entre as apreendidas, uma prevalência de quase três quartos no geral das armas e de pouco mais da metade no caso das armas de maior poder ofensivo. Entre estas armas, as originárias dos EUA também se destacam

Tabela 3 Tipos de alterações nas armas industriais apreendidas e periciadas em 2018 e 2019

TIPO DE ALTERAÇÃO	%
Numeração suprimida	19%
Outras ocultações de numeração	5%
Modificada	2%
Montada	0,3%

A análise da presença de modificações e alterações foi inédita no país e indicou que essa é uma dinâmica crescente. Com base nesse tipo de análise pudemos, por exemplo, identificar que **duas armas apreendidas com quatro meses de diferença tinham potencial relação entre si**, uma vez que ambas apresentavam numerações de série iguais em peças complementares, indicando se tratar de duas armas que foram desmontadas e tiveram suas peças misturadas para dificultar o rastreamento de sua origem.

Tabela 4 Dinâmica de armas desviadas para o mercado ilegal entre jan/18 e jun/20

DINÂMICA	%
Furtada	64%
Roubada	23%
Extraviada	13%
Recuperadas*	11,5%
Tempo médio de recuperação	5 meses
Local da recuperação	57% outra cidade

*Apreendidas após o desvio dentro do mesmo período de 30 meses

A análise das dinâmicas de migração das armas legais para o mercado ilegal se mostra cada vez mais necessária. Entre as 531 armas registradas como furtadas, roubadas e extraviadas ao longo de 30 meses, apenas **11,5% foram recuperadas** e o tempo médio até essa recuperação foi de 5 meses. Das armas recuperadas, 57% estavam em outras cidades, apontando para **fluxos importantes de circulação intraestadual**.

Tabela 5 Espécie de arma em amostra de diferentes tipos criminais

ESPÉCIE DAS ARMAS	Latrocínio e homicídio	Ma. da Penha e estupro
Revólver	41%	26%
Pistola	34%	7%
Espingarda	12%	41%
Garrucha	4%	13%
Carabina	3%	6%
Fuzil/Rifle	1%	2%
Sub/metralhadora	1%	2%
s/i	4%	4%

Na análise de perfis de armas por tipos criminais, demos prioridade **aos crimes contra a vida** (excluindo mortes decorrentes de intervenção policial) e os **crimes que têm maior vitimização de mulheres e meninas**. É possível notar que o perfil das armas é diferente, sendo viável pensar em estratégias customizadas para cada um.

2.3.2. Análises feitas com base no Sinarm

A partir de uma amostra de 1.404 armas apreendidas com numeração de série íntegra e periciada, foi produzido um relatório sobre a presença de registros de propriedade dessas armas no SINARM⁶. A conclusão indica que ¼ das armas com registros prévios encontrados pertenciam a pessoas residentes no Espírito Santo, a maioria delas compradas para defesa pessoal. Também indica outras unidades da federação de origem e perfis de proprietários relevantes.

A consolidação desses dados, em especial os que apontam a existência de uma proporção significativa de armas cujo registro de origem é do próprio estado do Espírito Santo, reforça que não é verdadeira a percepção muito difundida no país de que as armas ilegais seriam em sua quase totalidade vindas de fora do país ou oriundas de esquemas demasiadamente complexos de tráfico de armas.

O percentual de armas com registros encontrados no SINARM, entre as consultadas, foi de 30%. Esse índice é inferior ao observado em outros estados, como São Paulo e Goiás, que apresentaram percentuais de retorno de cerca de 40% em pesquisas realizadas pelo Sou da Paz entre 2013 e 2018. Isso pode ser reflexo da migração de novos registros de armas para as categorias sob controle do Exército, em especial para as categorias de caçadores, atiradores desportivos e colecionadores (CACs).

Dentre as 981 armas não encontradas no SINARM, é provável que ao menos uma parcela delas esteja registrada no SIGMA ou no SICOFA⁷. A consulta a esses sistemas atualmente requer o envio de ofício à Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército Brasileiro, acompanhado da listagem de armas a serem consultadas.

A manutenção de **uma rotina de consulta a esses bancos de dados pode subsidiar o trabalho de investigação policial em relação à identificação de fluxos locais ou interestaduais de desvios de armas** assim como pode subsidiar o governo estadual para **solicitar maior envolvimento da Polícia Federal e do Exército Brasileiro na fiscalização de categorias sob sua competência**, como, por exemplo, empresas de segurança privada e guardas municipais, no caso da Polícia Federal, ou CACs e clubes de tiro, no caso do Exército.

Por outro lado, a comunicação sistemática das armas apreendidas pelas polícias estaduais à Polícia Federal (por meio do SINARM ou de envio de base de dados) também permite que a Polícia Federal tenha mais informações para **identificar como cada unidade da federação está inserida nas rotas de tráfico nacionais e internacionais** e possa combatê-las de forma mais eficiente.



A taxa de retorno entre as armas consultadas e registros encontrados foi de **30%**



Países de fabricação

90% Brasil

7% Outros

3% Estados Unidos



UF de expedição do registro

39% Espírito Santo

9% São Paulo

3% Minas Gerais



Categorias

57% Defesa pessoal

12% Empresas ou órgão públicos Paulo



Status de registro da arma

39% Válido ou regular

31% Vencido

⁶SINARM é o sistema da Polícia Federal que registra proprietários legais de armas de fogo das categorias: defesa pessoal (cidadão comum), caçador de subsistência, empresas de segurança privada, forças de segurança civis e armas particulares de seus integrantes.

⁷As armas de propriedade de caçadores, atiradores esportivos, colecionadores (categorias chamadas de "CACs"), das Forças Armadas, Polícias Militares, Bombeiros Militares e as armas particulares de seus integrantes estão registradas no SIGMA, sistema de propriedade do Exército que atualmente é de consulta inacessível às polícias estaduais. Além do SIGMA, existe outro sistema chamado SICOFA, onde o Exército registra a primeira comercialização de armas fabricadas no Brasil, por exemplo, a venda entre fábrica e loja, assim como registra a entrada de armas importadas.

2.3.3. Impacto no aprimoramento dos registros

Antes de iniciar o projeto, o Espírito Santo já possuía um registro de apreensão de armas com qualidade de informação acima da média do observado em outros estados brasileiros. Como descrito acima, o boletim de ocorrência unificado (BU), do sistema DEON, possui uma ficha de apreensão de objetos específica para armas, com os principais campos necessários para esse registro, contando com o recurso de lista suspensa para os campos marca, modelo e tipo.

O diagnóstico realizado no início da pesquisa trouxe um conjunto de sugestões para aprimoramento desse registro inicial, a maior parte delas para viabilizar maior segmentação das informações inseridas. Essas sugestões envolviam diferentes níveis de complexidade de programação. Assim, algumas alterações foram implementadas rapidamente e outras estão sendo implementadas gradualmente.

Os laudos balísticos elaborados no estado também eram mais detalhados do que a média nacional, tendo ainda a vantagem de serem semipadronizados em seu conteúdo. As recomendações do projeto tiveram como principais objetivos aumentar a padronização e segmentação das informações e incentivar a menção a marcações adicionais, acessórios e modificações nas armas. Algumas dessas sugestões foram acatadas em uma atualização da normativa que orienta a elaboração dos laudos.

Destacamos aqui quatro mudanças sugeridas nos registros que permitirão um salto de qualidade, tendo em vista, por um lado, o nível dos registros já realizados no Espírito Santo e, por outro, a necessidade de adequação das informações que apoiam o trabalho de inteligência policial às complexidades do fenômeno do tráfico de armas.

1

Criação de um campo que possibilita diferenciar armas institucionais apreendidas para averiguação (no geral por envolvimento em ocorrência policial com disparo) das demais armas apreendidas. A separação das armas institucionais apreendidas para averiguação é fundamental para que se possa analisar separadamente o perfil das armas apreendidas em situação ilegal e, a partir disso, mapear o fluxo das armas ilegais que estão circulando no estado.

2

Separação dos registros de apreensão de armas completas dos registros de apreensão de peças, partes e componentes de armas. Esse segundo tipo de apreensão está se tornando mais frequente, em decorrência da disseminação da prática de montagem de armas, utilizando inclusive partes de armas de pressão, peças e acessórios que deixaram de ser controlados pelo Exército Brasileiro ou partes e componentes que têm sua comercialização facilitada em países como os Estados Unidos.

3

Criação de um alerta automatizado que sinaliza quando é lançada na ficha de identificação uma arma apreendida com numeração de série repetida, ou seja, que já apareceu anteriormente em outro registro de ocorrência. O objetivo desse alerta é automatizar a identificação de armas recuperadas ou com múltiplas apreensões, possibilitando a utilização dessa informação como subsídio em investigações policiais e elucidação de ocorrências criminais.

4

Distinção dos tipos de fabricação das armas em um campo específico para receber essa informação na elaboração dos laudos periciais. Essa separação é fundamental para distinguir os dados e as dinâmicas das armas industriais e artesanais ou montadas, uma vez que requerem análises e investigações diferentes.

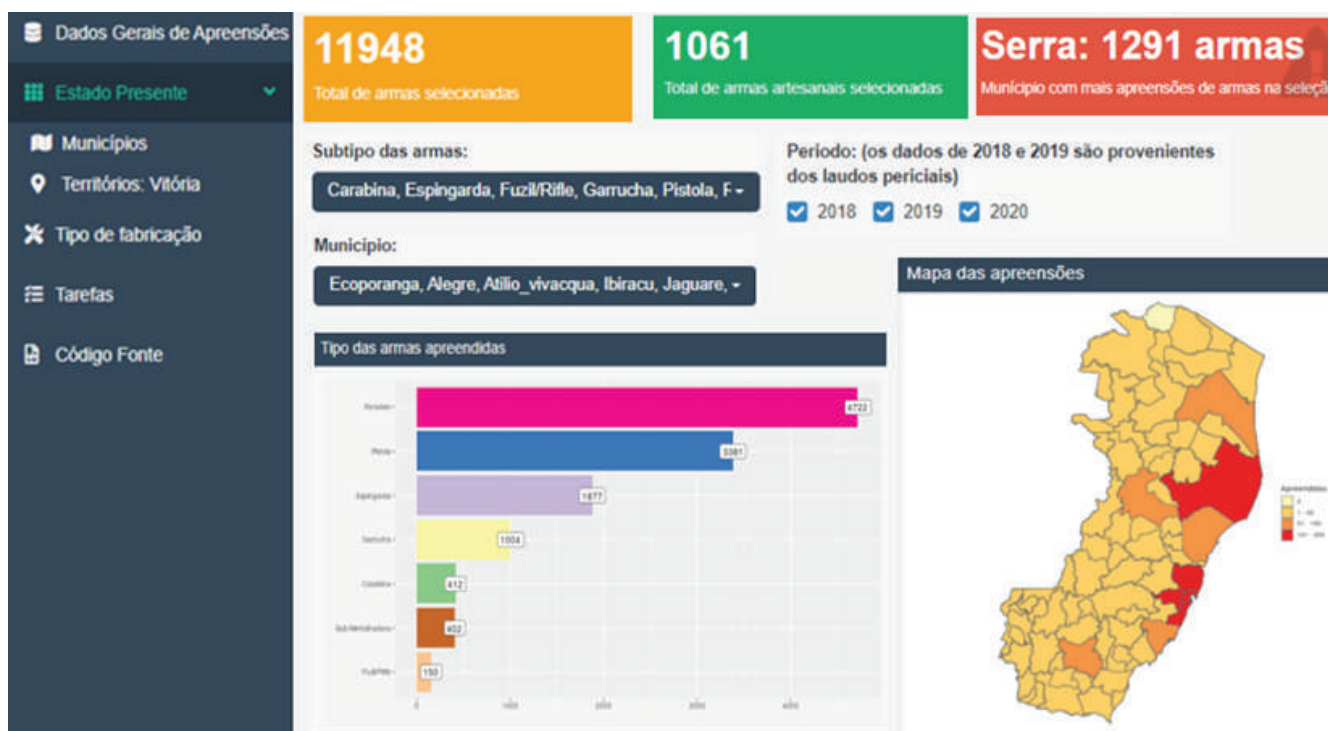
2.3.4. Impacto na unificação de dados e automatização de análises

Depois de consolidados os dados das diferentes fontes disponíveis, a equipe do Sou da Paz elaborou um **relatório dinâmico que possibilita a visualização territorial das apreensões, com a possibilidade de filtrar informações** por tipo de arma com critérios como espécie ou tipo de fabricação, além de filtrar informações por localidade, contendo dois níveis de detalhamento: municipal e por bairros, sendo esta uma opção habilitada para as áreas prioritárias do programa Estado Presente.

O relatório dinâmico foi proposto como modelo inicial para futura incorporação no sistema de *business intelligence* da SESP, utilizado como ferramenta de **apoio ao policiamento e para investigações**. Com a inserção de diferentes graus de acesso e detalhamento, ele também é uma possível ferramenta de **transparência e prestação de contas à sociedade**.

Figuras 1 e 2

Esboço de relatório dinâmico na tela geral por municípios com seletores para cada subtipo de arma, cada município e cada ano. Esboço de rankings automatizados de armas mais frequentes e municípios com mais apreensões do subtipo selecionado.



Modelos de armas mais apreendidas					Municípios com mais apreensões		
Subtipo	Calibre	Tipo de Fabricação	Fabricante	Município	Armas apreendidas		
1	Revolver	38	industrial	forjas taurus s.a.	1	Serra	1291
2	Pistola	380	industrial	forjas taurus s.a.	2	Cariacica	1075
3	Pistola	40	industrial	forjas taurus s.a.	3	Vila_velha	907
4	Revolver	32	industrial	forjas taurus s.a.	4	Vitoria	703
5	Revolver	38	industrial	amadeo rossi s.a.	5	Linhares	560
6	Revolver	22	industrial	amadeo rossi s.a.	6	Cachoeiro_de_itapemirim	391
7	Garrucha	22	industrial	amadeo rossi s.a.	7	Sao_mateus	354
8	Pistola	9mm	industrial	forjas taurus s.a.	8	Guarapari	349
9	Espingarda	36	industrial	amadeo rossi s.a.	9	Araucuz	333
10	Espingarda	32	industrial	amadeo rossi s.a.	10	Colatina	259

Figura 3

Esboço de relatório dinâmico detalhado por bairros para os municípios prioritários do programa Estado Presente, com seletores para bairro, visualização para subtipo e rankings automatizados de armas mais frequentes na área selecionada.

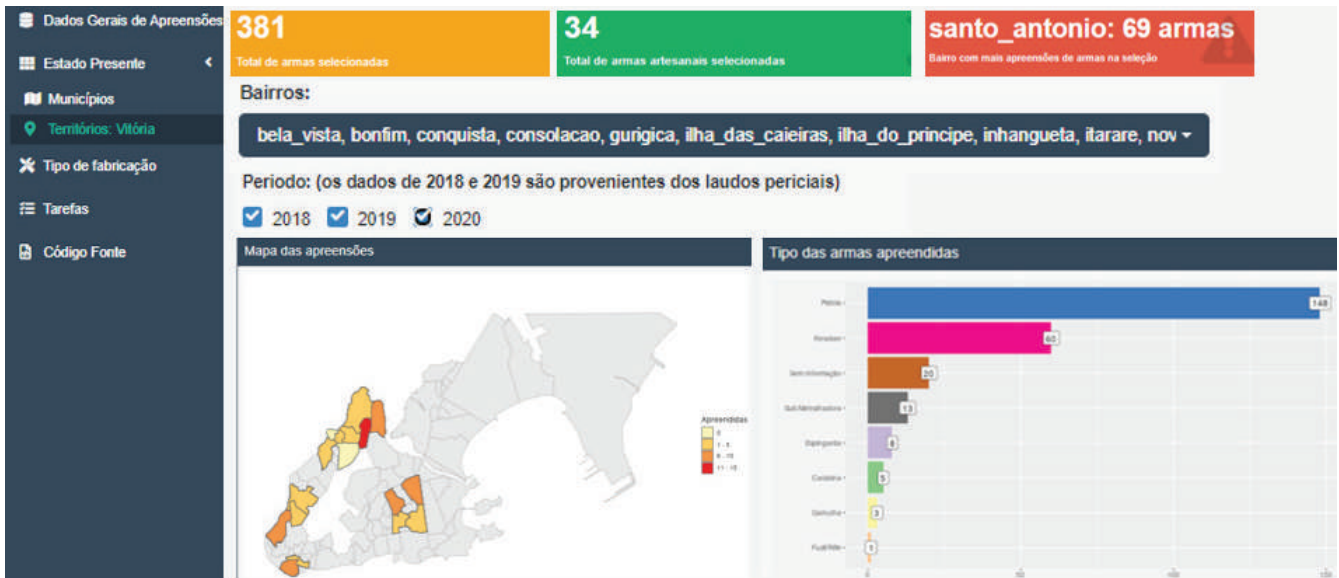


Figura 4

Esboço de relatório de apreensões incorporado na ferramenta de business intelligence da SESP, com gráficos e tabelas interativas.



Fonte: reprodução de Power BI SESP, 2021.

O conjunto de análises desenvolvidas ao longo do projeto, reunindo dados de diversas fontes internas e externas à SESP, somado à possibilidade de gerar relatórios analíticos georreferenciados e relatórios gerenciais, ambos podendo ter seções automatizadas, funcionou como um grande catalisador de avanços em todos os eixos que compõem o modelo integrado de controle de armas no Espírito Santo.

Em especial, **a demonstração de que a produção e a análise de dados qualificados podem fortalecer o combate ao tráfico de armas alavancou o interesse de investir na integração de informações de diversas fontes e na automatização de análises**, um fluxo que está em fase de criação na SESP.

Para a elaboração dessa proposta, foi essencial a formação de um Grupo de Trabalho⁸ em que participaram representantes de todas as instituições envolvidas: gabinete da Secretaria Estadual de Segurança Pública e seu Observatório de Segurança Pública, Delegacia Especializada de Armas e Munições (DESARME), Polícia Técnico-Científica e Instituto Jones dos Santos Neves.

Nesse grupo, foram ponderadas as diferenças dessas fontes de informação em termos de seu formato,

seu conteúdo, suas funcionalidades, as possibilidades de adaptações, os recursos disponíveis e os pontos de conexão entre eles. O Sou da Paz compartilhou detalhes da metodologia utilizada pela nossa equipe na organização, padronização e análise dos dados, e a SESP compartilhou informações sobre seus fluxos já existentes de coleta e consolidação de informações de outras temáticas, potencializando a busca de uma forma de implementação viável.

A partir dessa troca, o Sou da Paz elaborou uma proposta de formato e de fluxos de integração e consolidação de dados no formato de planilha, a partir da qual aprimoramentos foram apontados e incorporados. A SESP avaliou diversas opções para implementação dessa proposta, tendo decidido pela sua implementação por meio da criação de um módulo adicional dentro de um sistema já existente na secretaria no curto prazo, assim como pela inclusão dessa demanda também em um processo de longo prazo de integração completa dos sistemas das diferentes polícias do estado.

Não há informações sobre uma integração de dados semelhante em outra secretaria de segurança pública do Brasil, sendo essa uma ação pioneira resultante desse projeto conjunto.

A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A PRODUÇÃO E A ANÁLISE DE DADOS QUALIFICADOS PODEM FORTALECER O COMBATE AO TRÁFICO DE ARMAS ALAVANCOU O INTERESSE DE INVESTIR NA INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE DIVERSAS FONTES

⁸ Instituído pela Portaria Conjunta 132-S, de 21 de setembro de 2021, todos(as) os(as) participantes estão listados(as) na ficha técnica deste relatório.



2.3.5. Fortalecimento de fluxos de cooperação

Dentre as ações originalmente previstas no plano de trabalho, as mais afetadas pelas restrições decorrentes da pandemia foram as relacionadas à construção de contatos estratégicos e trocas institucionais. Em especial, a pandemia inviabilizou a proposta de realizar um workshop para reunir em Vitória profissionais de diferentes estados e instituições engajados na temática do controle de armas. Diante das incertezas a respeito das restrições aos encontros presenciais e da necessidade de priorizar a segurança dos(as) profissionais envolvidos(as), foi tomada a decisão de adaptar todas as ações a um formato 100% remoto.

Nessas condições, a avaliação da equipe envolvida foi de que a realização de um encontro com um número grande de participantes poderia gerar menor engajamento ou um grau de formalidade maior do que o desejado, e, assim, optou-se por promover reuniões bilaterais focadas em temas específicos, proporcionando um ambiente de troca mais fluida entre os(as) profissionais.

Foram realizados dois encontros nesse formato, que se mostrou bastante produtivo. As duas reuniões geraram impactos importantes, alavancando ações que já estavam em andamento no Espírito Santo bem como ampliando o repertório de soluções e alternativas possíveis diante dos desafios compartilhados. Como impacto indireto, essas reuniões também colocaram os(as) convidados externos em contato com boas práticas identificadas no Espírito Santo.

O primeiro encontro reuniu cerca de 24 profissionais do Espírito Santo e de São Paulo, ligados a diferentes áreas dos gabinetes das Secretarias de Segurança Pública, das polícias Civil e Militar e do Ministério Público, para compartilhar experiências relacionadas à custódia de armas apreendidas. O encontro contou com a presença dos secretários de Segurança dos dois estados, coronel Alexandre Ramalho e general João Camilo Pires de Campos, assim como o então secretário de Economia e Planejamento do Espírito Santo, Álvaro Duboc Fajardo⁹.

Entre os temas abordados, podemos destacar como especialmente significativas as trocas que abordaram os desafios que essas instituições compartilham na coordenação de esforços e na cooperação com o Poder Judiciário, tendo como objetivo dar maior celeridade aos processos de destinação das armas para destruição. Um segundo tópico de forte presença foram os desafios relacionados à implementação de um fluxo de informação contínua sobre o status da guarda dessas armas entre diversas unidades da Polícia Civil e o gabinete das secretarias¹⁰.

O segundo encontro reuniu cerca de nove profissionais contando com representantes da SESP, com o então secretário de Economia e Planejamento do Espírito Santo, Álvaro Duboc Fajardo, e com representantes da Polícia Federal do Centro Nacional de Rastreamento de Armas e da diretoria responsável pela gestão do SINARM. Os objetivos principais fo-

⁹ Atualmente, o Dr. Álvaro Duboc Fajardo é secretário de governo do Espírito Santo.

¹⁰ Parte das inovações adotadas pelo estado de São Paulo na sua atual gestão incluem a possibilidade de a Polícia Civil também solicitar a destinação de armas ao Tribunal de Justiça. O histórico de debate sobre esse tema em São Paulo remonta a um Grupo de Trabalho criado no escopo de um projeto semelhante de cooperação com o Instituto Sou da Paz em 2017, quando foram feitos os primeiros levantamentos de fluxos existentes e gargalos a serem trabalhados.

OPTOU-SE POR PROMOVER REUNIÕES BILATERAIS FOCADAS EM TEMAS ESPECÍFICOS, PROPORCIONANDO UM AMBIENTE DE TROCA MAIS FLUIDA ENTRE OS(AS) PROFISSIONAIS.



ram promover a troca de experiências e possibilidades de cooperação nos temas de rastreamento internacional de armas e acesso a bancos de dados. Entre seus principais resultados, a reunião gerou a identificação de caminhos viáveis para o compartilhamento periódico de dados entre as instituições e a identificação de novas modalidades de convênios de acesso a bancos de dados.

2.3.6. Aprimoramento do fluxo de custódia das armas apreendidas

Em 2018, a custódia de armas apreendidas passou por uma mudança significativa no estado do Espírito Santo. Até julho daquele ano, após passarem pela perícia, as armas apreendidas eram enviadas para guarda nos fóruns do estado, onde permaneciam armazenadas até a decisão judicial sobre sua destinação. No entanto, alguns casos de roubo ou furto de armas nos fóruns observados em todo o país, assim como comunicados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) solicitando maior atenção ao tema, motivaram a publicação do Provimento CGJES nº 11/2018, que alterou essa custódia.

A nova norma transferiu a guarda de armas apreendidas para a Polícia Civil. Essa mudança favoreceu as medidas de segurança contra tentativas de roubo ou furto e a rastreabilidade das armas armazenadas, por estarem em unidades com maior presença de agentes de segurança e evitando o trânsito excessivo. No entanto, uma consequência indesejável foi o afastamento entre o local de guarda das armas e os juízes responsáveis pela sua destinação judicial, favorecendo que os prazos de destinação fossem dilatados.

O diagnóstico inicial apontou um conjunto de melhorias para aprimorar o fluxo de custódia das armas apreendidas. No entanto, devido às adaptações que a pandemia demandou, essa frente avançou pouco ao longo de 2020, tendo como destaque a compra de lacres plásticos que pudessem acomodar melhor o sistema de codificação que já fora criado pela Polícia Técnico-Científica para individualizar as armas apreendidas no estado.

No ano de 2021, as ações relacionadas ao eixo de custódia foram retiradas do plano de trabalho, pois

os outros eixos estavam consumindo mais tempo do que o inicialmente previsto, com diferentes ações ocorrendo de forma simultânea, assim como pela sensibilidade das informações envolvidas que estavam previstas para serem trabalhadas de forma presencial.

No entanto, em meados de 2021 as dificuldades envolvidas na custódia de armas em unidades policiais se tornaram mais latentes, e a SESP retomou a implementação de algumas das recomendações presentes no diagnóstico inicial do projeto, como alguns parâmetros indicados para a atualização de inventários.

Sustentando e mantendo em prática a visão integrada do controle de armas, a SESP criou um Grupo de Trabalho¹¹ interinstitucional para lidar com essa questão, incluindo membros do Ministério Público, do gabinete da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Militar, da Polícia Civil e da Superintendência da Polícia Técnico Científica para buscar soluções duradouras e coerentes. Os(as) participantes se mostraram interessados e colaborativos na busca de soluções conjuntas.

EM 2021, A SESP CONSOLIDOU A CRIAÇÃO DE DOIS GRUPOS DE TRABALHO DEDICADOS À QUESTÃO DO CONTROLE DE ARMAS.

Nesse contexto, a equipe do Sou da Paz promoveu uma reunião bilateral sobre esse tema, citada anteriormente, para troca de experiências com representantes da Secretaria de Segurança Pública e da Polícia Civil do estado de São Paulo. Como mencionado, essa reunião foi produtiva na identificação de soluções inovadoras para desafios compartilhados, levando novos insumos para o Grupo de Trabalho.

2.4. Momento atual e próximos passos

Nesse período de cooperação técnica, **foram entregues diversos produtos e implementadas diversas ações que aprimoraram instrumentos, procedimentos e rotinas** da SESP. Elas impactam a capacidade de atuação do estado no combate ao tráfico de armas e redução do número de armas à disposição da criminalidade no Espírito Santo. Há ainda ações sugeridas no escopo do projeto que aguardam para serem implementadas em breve e outras ainda estão inseridas em processos de mudança de longo prazo.

O projeto também gerou **legados permanentes**. Em 2021, a SESP consolidou a criação de dois Grupos de Trabalho dedicados à questão do controle de armas. O primeiro é formado por representantes das polícias Civil, Militar e Técnico-Científica, além do gabinete da secretaria, Observatório de Segurança Pública e Instituto Jones Santos Neves. Esse é o grupo que acompanhou a formulação de uma proposta de fluxo integrado de informações e de análises sobre armas de fogo no estado. O segundo Grupo de Trabalho foi formado com a finalidade de tratar sobre o eixo de custódia de armas e tem atuado de maneira independente ao projeto, contando com a participação adicional de representantes do Ministério Público e Judiciário.

A formalização dos Grupos de Trabalho por iniciativa da SESP é um forte indicativo de que **a mentalidade de tratar o controle de armas como uma questão estratégica, integrada e interinstitucional está incutida no estado**. A formação desses grupos também é importante para que o conhecimento gerado e essa mentalidade integrada não fiquem restritos a um pequeno número de profissionais. Esses grupos representam um passo importante para a continuidade dos esforços após o fim do acordo de cooperação.

¹¹ Instituído pela Portaria 16R de 30 de agosto de 2021.

A grande contribuição que o convênio com o Instituto Sou da Paz nos deu foi a maior troca de informações entre a SESP, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a DESARME, a Polícia Técnico-Científica e a Polícia Federal.

Nós entendemos que cada equipe estava construindo uma peça do quebra-cabeça e ficava com ela para si; uma não via a peça da outra. Percebemos que podemos nos ajudar mais.

Descobrimos também alguns retrabalhos de análise e de consolidação das informações. Existe agora um Grupo de Trabalho pensando em uma solução. Vamos criar um sistema para consolidar informações sobre as armas apreendidas, roubadas e recuperadas numa base única, onde todas equipes do estado vão acessar informações validadas.

O grupo favorece que a gente se sente numa mesma mesa periodicamente para discutir de forma colaborativa. Estamos na fase de identificar o que precisa estar no sistema e o que vamos tratar.

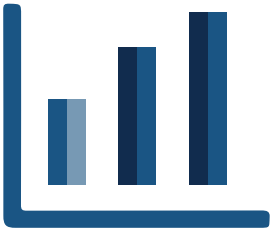
Sabemos que as dificuldades vão aparecer, mas estamos confiantes na importância de construir essa base integrada e no engajamento das forças. Eu acredito que, quando todos perceberem a real utilidade da informação que vai estar ali, todos vão querer usar o sistema. Esse será um legado do projeto.

Carlos Augusto Gabriel de Souza
Gerente do Observatório Estadual da
Segurança Pública

Assim como as rotinas de trabalho, o foco de energia do projeto também apresentou variações. Em virtude da pandemia, as ações relacionadas ao eixo de análise de dados caminharam de forma mais acelerada e produziram mais resultados do que se esperava inicialmente. O que observamos a partir disso é que há um leque amplo de análises a serem feitas e que o avanço nessa temática acabou estimulando e reavivando as demais.

A vivência desse processo fortaleceu a visão de que a implantação de um modelo integrado de controle de armas pode ser organizado e planejado em torno de diferentes eixos de atuação, mas, na prática, esses eixos não são estanques. O fortalecimento de um eixo impacta positivamente todos os outros, pois quando um anda bem, ele naturalmente impulsiona os outros. O que significa que, **independente do tema ou setor escolhido para se iniciar o processo, no médio e longo prazo todos os eixos se beneficiam dos avanços conquistados.**

Sem perder do horizonte a possibilidade de realizar uma avaliação de impacto futuramente, olhando para indicadores como a quantidade ou perfil de armas apreendidas e os índices de violência armada, reforçamos a importância de manter o acompanhamento de alguns parâmetros que possibilitam monitorar a consolidação do modelo integrado de controle de armas no estado. De maneira não exaustiva, sugerimos o acompanhamento regular dos seguintes indicadores:



quantidade e extensão de inovações ou melhorias implantadas nas práticas de produção e de análise de informação sobre armas e munições apreendidas;



quantidade e extensão de operações ou de investigações que contribuíram para desorganizar fluxos de tráfico de armas e que não resultaram em mortes;



quantidade de pontes de cooperação efetivamente estabelecidas com outros estados e instituições e o volume de informações trocadas.

O Instituto Sou da Paz continuará disponível para acompanhar a implementação das ações de médio e longo prazo que foram iniciadas durante o projeto, oferecendo suporte técnico e promovendo pontes institucionais.

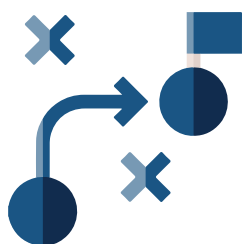
Antes de firmada essa cooperação técnica, o governo do Espírito Santo já havia sinalizado sua determinação de fortalecer sua capacidade de combate ao comércio ilegal e ao tráfico de armas com a criação da DESARME e com a inclusão de indicadores de apreensão de armas nos dados monitorados pelo seu Observatório, sendo ações relacionadas às estratégias do programa Estado Presente para reduzir o número de homicídios dolosos. Esse projeto de implementação de um modelo integrado de controle de armas forneceu um impulso adicional a esse intuito, mobilizando um conjunto mais amplo de fontes de conhecimento, de atores e de metodologias de trabalho em torno de um plano de ação.

Considerando o atual patamar em que o Espírito Santo se encontra, somado ao alinhamento do tema com o programa Estado Presente e ao engajamento na temática por gestores de alto nível, acreditamos que o estado tem potencial para se tornar a primeira unidade federativa do país com um modelo integrado de controle de armas em pleno funcionamento.

O ESTADO TEM POTENCIAL PARA SE TORNAR A PRIMEIRA UNIDADE FEDERATIVA DO PAÍS COM UM MODELO INTEGRADO DE CONTROLE DE ARMAS EM PLENO FUNCIONAMENTO

2.5. Especial DESARME: implantação, atuação e casos emblemáticos

Nesta seção, abordamos a criação e a atuação da Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos (DESARME) do Espírito Santo. Essa delegacia foi criada antes do início do projeto de cooperação com o Instituto Sou da Paz, e sua atuação vai muito além do escopo dessa parceria. No entanto, optamos por trazer este relato por três motivos:



A existência e a forma de atuação dessa delegacia foram fundamentais na condução do projeto de cooperação aqui descrito. Ela **teve impacto especialmente nas avaliações sobre quais frentes de ação priorizar** e sobre a viabilidade de mudanças propostas;



A experiência de implementação de uma delegacia especializada nesse tema mostra resultados importantes e é uma **inovação que merece ser disseminada**, tendo alto potencial de implementação em outros estados, considerando adaptações às realidades locais;



Este relato compartilha avanços importantes e desafios existentes, podendo ser um catalisador de aprendizados, de novas iniciativas e de pontes de cooperação entre a DESARME e outras equipes com atribuições semelhantes.

Destacamos a seguir o contexto de sua criação, alguns dos principais desafios relacionados à sua atuação, as soluções que têm sido encontradas e casos emblemáticos que ilustram o trabalho cotidiano da delegacia e seu impacto em dinâmicas criminais.

Não existe um “senhor das armas” que se você prender não tem mais armas. São vários fazendo isso. Não adianta apenas prender, nós precisamos secar as fontes.

Delegado Christian Waichert,
titular da DESARME.

Criação da delegacia especializada

A DESARME do Espírito Santo foi criada pelo Decreto 4484-R em agosto de 2019 pelo então secretário de Segurança, Roberto Sá, que trouxe essa experiência do seu período na gestão da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Ela foi o resultado da cisão da antiga Delegacia de Armas, Munições e Explosivos (DAME), que concentrava simultaneamente as funções de controle de acervo institucionais, concessão de autorizações para produtos controlados (como explosivos e blindados), fiscalização auxiliar de produtos controlados e também investigação sobre o tráfico de armas e munições.

Devido à estrutura até então insuficiente, na prática a DAME se concentrava mais nas atividades relacionadas ao acervo institucional e a concessões e fiscalização de produtos controlados. Assim, a separação de atribuições consolidou a prática corrente em relação à DAME, tendo esta se transformado na Delegacia Especializada em Fiscalização de Armas, Explosivos e Munições, e criando nova estrutura independente para a DESARME se dedicar exclusivamente às investigações sobre tráfico de armas e munições. A DESARME foi alocada sob a Divisão de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado (DICCOR), favorecendo essa cooperação e alinhamento de prioridades.

Com uma equipe de cinco profissionais (um delegado, um escrivão e três investigadores), a DESARME tem concentrado sua atuação nas seguintes prioridades: fluxos de tráfico de armas em maior quantidade, identificação da origem de armas de fabricação artesanal, em especial submetralhadoras e, em segundo grau de prioridade, identificação de fornecedores de fuzis (que circulam em pequena quantidade no estado).

Qual é a missão da delegacia?

A missão é não deixar morrer a investigação da arma de fogo.

Porque muitas vezes a arma é apreendida em um homicídio ou um roubo, ou qualquer outro crime, e esse inquérito foca apenas no autor do crime e não no meio que ele utilizou para o cometimento do crime.

No nosso estado, 80% dos homicídios são praticados com arma de fogo

Delegado Christian Waichert,
titular da DESARME.

Cooperação institucional

Após sua implantação, uma das primeiras atividades da DESARME foi buscar ativamente estabelecer uma relação de cooperação com as diversas unidades policiais do Espírito Santo e com as demais instituições que possuem interface com o combate ao tráfico de armas. Foi aberto um canal de **comunicação com delegados e com policiais militares capixabas para que pudessem comunicar rapidamente sobre apreensões** que chamassem atenção. Também foram realizados **contatos com os responsáveis da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e do Exército**, para apresentar a eles a nova delegacia e as possibilidades de atuação conjunta, tanto em operações policiais como na troca de informações. O fortalecimento dessas relações é um fator fundamental para a atuação da DESARME e tem trazido resultados muito positivos, como nos exemplos a seguir:



Cooperação com polícias do estado

Conseguimos **prender em flagrante um indivíduo responsável por ter trazido três fuzis aqui para o estado**. Começou com uma ação da Polícia Militar que chamou atenção, quando apreenderam três fuzis AK-47 dentro de uma casa. A equipe local nos avisou, e, como qualquer apreensão de grande vulto, eu já vou chamando os investigadores: “vamos pra lá”. É importante ir atrás de informações na mesma hora, no calor do momento. No dia seguinte conseguimos chegar em quem tinha trazido as armas, era ligado a facções do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Autuei em flagrante, o juiz confirmou o flagrante e foi decretada a prisão preventiva dele. Ou seja, uma resposta muito rápida. Além do caso individual, ficou também uma **mensagem forte de presença do Estado: “se tiver fuzil, a polícia vai atrás”**.

Delegado Christian Waichert, titular da DESARME.



Cooperação com outras Secretarias de Segurança Pública:

Notamos que tinham sido apreendidas três **armas da Polícia Militar de um outro estado**. Um delegado me ligou de um município, “caiu uma arma do estado tal, você consegue pesquisar pra ver se é roubada?”. Na semana seguinte, caiu outra numa segunda cidade e mais uma em uma terceira cidade. Entrei em contato com um capitão da inteligência do estado de origem e ele verificou que as armas estavam constando como no depósito da Polícia Militar. Então eu fiz um ofício comunicando a apreensão e juntando os laudos. O comandante dessa outra polícia mandou fechar o depósito deles e fazer o inventário de todas as armas, uma por uma. **Descobriram que setenta e cinco pistolas tinham sido desviadas**. Ou seja, se não fosse essa comunicação imediata, estariam até hoje desviando de uma em uma. A gente tem que agir rápido. Eles instauraram inquérito penal militar para descobrir quem foi responsável pelos desvios, talvez isso até demore, mas já identificamos o problema, secamos aquela fonte.

Delegado Christian Waichert, titular da DESARME.



Cooperação com o âmbito federal:

Fizemos uma pesquisa especial sobre armas de uma fabricante que são muito usadas pelas organizações criminosas aqui no estado, com kit-rajada acoplado nas pistolas. Levantamos os laudos e listamos números de série; cerca de 40% das armas apreendidas eram identificáveis. Oficiei à fabricante e em uma semana chegou a resposta: 60% tinham saído do Paraguai, 40% delas de apenas dois importadores. Mas fiquei pensando “do que adianta eu ter esta informação, se eu não posso atuar no exterior?”. Entrei em contato com o Ministério da Justiça e Segurança Pública e me colocaram em contato com o ICSEC (International Coordination for Strategic Enforcement Center – uma força tarefa internacional de combate ao tráfico de armas e munições) e fiz uma parceria muito forte com eles. Falaram que também tinham um estudo sobre armas dessa fabricante e tinham chegado nos mesmos importadores, mas eles puderam ir além, obtendo mais detalhes. Então, surgiu a proposta de trabalhar em cooperação, **cada um agregando as informações que tinha, de uma ponta à outra, formando um conjunto robusto para que eles consigam atuar junto a autoridades estrangeiras. Não adianta você só ter a informação, temos que unir forças e as áreas de atuação.**

Delegado Christian Waichert, titular da DESARME.



Armas artesanais

Um dos primeiros focos de investigação da DESARME foram as armas artesanais. Profissionais do estado relatam que até 2017 as armas artesanais eram, predominantemente, revólveres ou espingardas pesadas e de pouca capacidade de disparo. No entanto, em 2017 começaram a ser apreendidas as primeiras submetralhadoras feitas de forma artesanal no Espírito Santo, a maioria de calibre .380, com alto potencial letal e vendidas por um preço baixo (estimado em R\$ 2.500,00). Houve regiões em que as armas artesanais chegaram a somar 30% das armas apreendidas.

Nessa frente de investigação, a DESARME identificou que não existe uma única pessoa fabricando essas armas. **Ainda assim, somando informações de diversas apreensões diferentes, em 2021 a delegacia conseguiu identificar e prender um fabricante artesanal identificado como um dos pioneiros na região** e que produzia submetralhadoras em escala.

Interface com mercado legal

Nos relatos das equipes operacionais, com frequência surgem situações que ilustram interfaces entre mercado legal e ilegal no padrão do que é apreendido. Por exemplo, relatam que até há pouco apreendiam munições circulando de forma ilegal em quantidades menores, transportadas em sacolas ou enroladas em jornal. Mais recentemente, passaram a ser apreendidas **munições em quantidades maiores e ainda semiembaladas**, apenas retiradas das caixas onde existe a marcação do código de barras.

Há também a questão de **armas compradas legalmente que depois são notificadas como furtadas ou roubadas**, tanto por cidadãos como por empresas de segurança privada. Dirigir mais atenção a essas ocorrências surge como uma medida importante para identificar as pessoas que realizam esses roubos e furtos e os **receptadores** desse material assim como para identificar **casos de má-fé** dos proprietários.

Entre as inovações adotadas pela DESARME para lidar com esse desafio, estão a proposta de que a equipe da delegacia especializada seja acionada sempre que houver o registro de uma ocorrência dessa natureza para que vá até o local, acione a perícia quando necessário e dê andamento à investigação.

Grupo de estudos

Outra medida inovadora foi a criação de um **grupo de estudos** que reúne profissionais da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Técnico-Científica e do gabinete da Secretaria Estadual de Segurança Pública para coletar e analisar informações de fontes diversas para identificar e coibir os fluxos de armas ilegais identificados no estado, incluindo as contrabandeadas, as artesanais e as armas legalizadas que estejam em uso ilegal.

Um dos primeiros resultados obtidos nesse grupo foi a identificação de casos suspeitos de desvio de armas de origem legal. Com **informações fundamentadas e a expedição de mandados judiciais, uma operação foi realizada em fevereiro de 2022**, tendo gerado resultados relevantes na apreensão de armas, na identificação de armas de paradeiro desconhecido e no melhor entendimento das dinâmicas envolvidas. A seguir, compartilhamos um relato sobre a operação.

Olha só o que enfrentamos: a arma de fogo que entra ilegal no país, a arma de fogo fabricada artesanalmente e também a arma de fogo vendida legalmente e depois desviada. Cada dinâmica levanta problemas e respostas diferentes.

Delegado Christian Waichert,
titular da DESARME.

A Polícia Civil do Espírito Santo, por meio da DESARME, de delegacias regionais, com apoio da Polícia Militar e do gabinete da Secretaria de Segurança Pública, realizou uma operação de combate ao comércio ilegal de armas de fogo e munições em nove municípios do estado.

Vinte e um mandados de busca e apreensão foram cumpridos e resultaram na apreensão de nove armas de fogo, munições e um veículo clonado. Foi identificado que 17 armas de fogo não estavam nas residências de seus proprietários. Três pessoas foram autuadas em flagrante e mais de 20 foram indiciadas.



“Começamos a investigar após recebermos a informação de que criminosos estariam realizando a compra de armas de fogo no nome de pessoas que não possuíam passagens pela polícia, e, posteriormente, este armamento era repassado aos grupos criminosos. Fizemos uma compilação desses nomes e começamos a investigar, descobrimos que mais de 40 armas de fogo haviam sido adquiridas de forma legal e repassadas para esses grupos.”

Delegado da 16ª Delegacia Regional de Linhares, Fabrício Lucindo.

“A partir da identificação desse movimento do comércio legal que parte para a ilegalidade, a gente vai ampliar essa investigação para todo o estado, sempre em conjunto, Polícia Civil e Polícia Militar”.

Delegado Christian Waichert, titular da DESARME.

Imagens 1 e 2 armas apreendidas em operação relacionada ao desvio de armas compradas legalmente

Fonte: Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Espírito Santo, 2022.



Análise de informações relevantes e atuais

A necessidade de disponibilizar e analisar informações sobre armas apreendidas com maior agilidade foi um dos focos desse projeto de cooperação. Foi criado um Grupo de Trabalho dentro da SESP, já mencionado neste relatório, empenhado no desenho de um sistema que irá unificar diversas fontes de registros e integrar os processos das diferentes áreas responsáveis pela qualificação desses dados. Isso possibilitará um acesso célere às informações sobre as armas apreendidas.

Esse acesso permitirá uma reação mais dinâmica da DESARME no seu território, permitirá a elaboração de relatórios periódicos de armas apreendidas para análise e o encaminhamento mensal da listagem de armas apreendidas com numeração de série aos órgãos federais que podem rastreá-las.

O objetivo é apoiar uma atuação integrada nas frentes de investigação local e de cooperação com outras instituições, partindo de **informações relevantes e atuais**. Esses relatórios de informações produzidos pela equipe do Espírito Santo serão parte fundamental de uma iniciativa pioneira de atuação interinstitucional que tem potencial de replicação em todo o Brasil.

Eu preciso saber a arma que está sendo apreendida no meu estado hoje, porque não adianta ter apenas a informação do ano passado. Esse é um crime dinâmico que muda rapidamente. Não adianta focar a investigação em informação do passado, sem saber da atualidade.

Delegado Christian Waichert,
titular da DESARME.

Com essas informações vamos trabalhar no nosso território estadual e vamos acionar a Polícia Federal, atuar junto com eles, porque também é preciso viabilizar o trabalho deles no exterior. Vamos fazer essa articulação entre as instituições para poder ter um trabalho mais completo e eficiente.

Delegado Christian Waichert,
titular da DESARME.

Escopo e monitoramento

Um dos desafios na implementação da DESARME foi a compreensão do seu escopo de atuação. Não existe nenhum tipo de concorrência em relação às apreensões cotidianas que as unidades territoriais já fazem. **A ideia é manter essa equipe dedicada às investigações que requerem maior fôlego**, investigações que requerem somar informações de várias ocorrências diferentes, investigações que requerem um entendimento mais profundo das dinâmicas observadas no tráfico de armas e munições.

Assim, há também uma forma de acompanhamento e medição de produtividade que não se dá pela quantidade de operações ou prisões realizadas. É importante haver a identificação de objetivos de curto e de médio prazo, mas é necessário também que eles sejam acompanhados de análises qualitativas sobre os casos encaminhados.

O que é importante para a DESARME é esse tipo de trabalho que fizemos com apoio de vocês [Sou da Paz], esse trabalho de levantamento de informações, de análise estatística e de planejamento. É isso que vai dar resultado no longo prazo.

Delegado Christian Waichert, titular da DESARME.





CHAMADO A OUTROS ESTADOS

CHAMADO A OUTROS ESTADOS

O investimento no combate ao tráfico de armas e munições é um investimento estratégico na redução da violência armada em todas as suas formas. Trata-se de evitar o acesso ilegal aos instrumentos presentes em 8 de cada 10 mortes violentas no país. Trata-se de evitar também as formas mais graves e traumáticas das outras modalidades criminais, desde roubos, ameaças e coação até o crime organizado.

Fazemos esse convite a outros estados para que também invistam no Modelo Integrado de Controle de Armas. Há uma oportunidade concreta de dar **grandes saltos de qualidade** nessa temática. Presenciamos resultados importantes no projeto com o Espírito Santo e em projetos anteriores e acreditamos na plasticidade da metodologia que foi empregada.

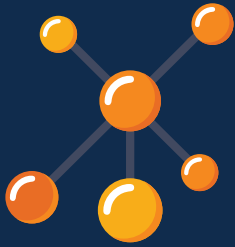
O combate ao tráfico de armas depende essencialmente de um trabalho integrado que mobilize os órgãos estaduais de segurança (em suas estruturas internas e entre secretarias diferentes), a Polícia Federal e Rodoviária Federal, o Exército Brasileiro e o Judiciário.

O caminho que conduzirá a polícia **às fontes que alimentam esse mercado ilegal e aos elementos processuais para a responsabilização penal** depende de todo um **fluxo de profissionais que detêm fragmentos de informações sobre o tema**. Os **estados desempenham papel fundamental nessa rede**, realizam cerca de **90% das apreensões** no Brasil, são detentores de seus dados e responsáveis pela sua **custódia**, além da gestão de seus grandes **acervos** de armas institucionais.

Esperamos que a trajetória do projeto desenvolvido com o estado do Espírito Santo possa estimular gestores e operadores de segurança pública a aperfeiçoar sua atuação no tema e a ver o controle de armas como um investimento estratégico na segurança pública.

O Instituto Sou da Paz se coloca à disposição para apoiar esses processos.

Destacamos abaixo alguns fatores que consideramos importantes para o desenvolvimento de um plano de ação e uma lista de possíveis perguntas orientadoras:



Eixos de atuação | a implantação do Modelo Integrado de Controle de Armas pressupõe o fortalecimento de quatro eixos: produção de dados estratégicos, inteligência policial, cooperação institucional e custódia de armas (figura na pág.9). Avanços em um eixo tendem a alavancar avanços nos demais eixos;



Liderança e governança | a adesão de lideranças políticas à iniciativa e um modelo de governança que envolva a participação direta dos gestores das áreas relacionadas impulsiona o andamento e o ritmo dos trabalhos;



Diagnóstico | a realização de um bom diagnóstico, que pode ser completo ou específico de um eixo, é o melhor ponto de partida para apoiar o desenho de um bom plano de ação, considerando os desafios, as potencialidades e os recursos disponíveis;

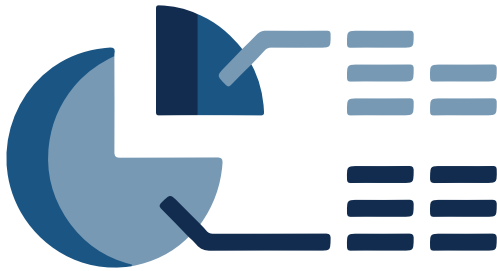


Avanços incrementais | aprimoramentos demandam recursos, mas é possível avançar de forma significativa tanto com ajustes de baixo custo quanto com investimentos maiores. O fundamental é que haja um nível de priorização em termos de atenção e energia para mobilizar os recursos disponíveis, assim como uma análise estratégica em termos de valores e benefícios a serem obtidos;



Diálogo e intercâmbio | compreender o papel estratégico da apreensão de armas na promoção da segurança pública implica uma mudança de mentalidade. Ainda existem poucos profissionais e instituições atuando dentro dessa lógica. Identificar esses grupos e buscar diálogo e intercâmbio técnico é um caminho importante para ampliar e consolidar essa nova perspectiva.

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O DIAGNÓSTICO



DADOS ESTRATÉGICOS

OBJETIVO GERAL

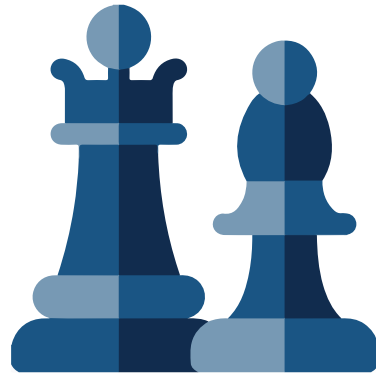
Produzir dados estratégicos para apoiar equipes com informações analíticas e gerenciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Aprimoramento do registro inicial das armas e munições apreendidas;
- Perícia célere e com recursos tecnológicos adequados;
- Automatização de relatórios e alertas.

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O DIAGNÓSTICO

- Como são inseridas as informações sobre armas e munições apreendidas nos boletins de ocorrência? Quais informações são registradas? É possível extrair essas informações de maneira automática?
- Quais informações sobre as armas e munições constam nos laudos periciais? É possível extrair essas informações de maneira automática?
- Quais são os pontos fortes e os pontos fracos dessas fontes de dados? Quais melhorias podem ser realizadas no curto, médio e longo prazo?
- Os órgãos ligados à segurança pública no estado possuem alguma outra fonte de dados sobre armas e munições apreendidas?



INTELIGÊNCIA POLICIAL

OBJETIVO GERAL

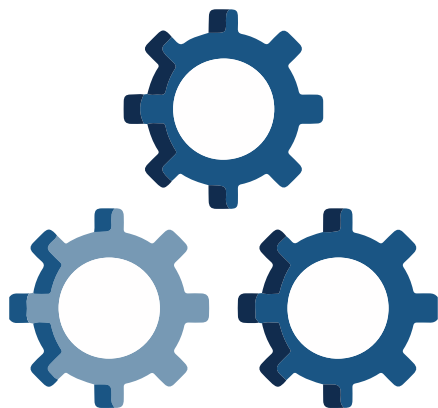
Viabilizar investigações e apreensões que desorganizem o tráfico de armas e munições em nível estadual.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Equipe especializada que conheça as dinâmicas estaduais e as peculiaridades desse tipo de investigação;
- Realização de consulta sistemática da propriedade das armas apreendidas em bancos de dados nacionais;
- Realizar análises periódicas de perfil das armas e munições apreendidas e do contexto das apreensões.

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O DIAGNÓSTICO

- Existe alguma equipe com maior dedicação ao combate ao tráfico de armas no estado? Que tipo de dados elas utilizam em suas investigações?
- Quais dados produzidos pelos diversos órgãos ligados à segurança pública podem ser relevantes para analisar o perfil das armas e munições apreendidas e apoiar investigações sobre o tráfico de armas?
- Existe uma rotina de consulta de proprietários legais junto aos bancos de dados nacionais? Com que periodicidade ela é feita?



COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO GERAL

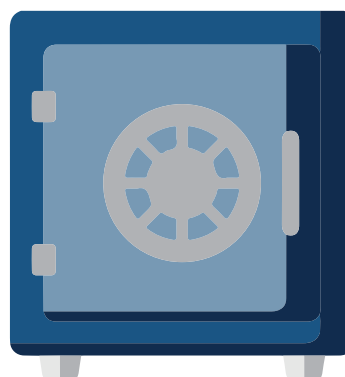
Otimizar recursos acionando parcerias e competências complementares.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Ampliar redes de cooperação com outras secretarias estaduais de segurança pública e com entes federais (Polícia Federal e Exército Brasileiro) e com o Judiciário estadual;
- Promover a troca de experiências e a qualificação profissional.

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O DIAGNÓSTICO:

- Quais são os órgãos, áreas e/ou profissionais que possuem atribuições relacionadas ao controle de armas em âmbito estadual?
- Existe alguma dúvida sobre as competências estaduais e as de outras esferas de gestão em relação ao controle de armas?
- Como se estabelecem as relações entre os órgãos estaduais e as demais instituições envolvidas? Existem espaços ou rotinas de interação consolidados e regulares?



CUSTÓDIA DE ARMAS

OBJETIVO GERAL

Promover uma custódia célere e segura de armas apreendidas e dos arsenais ou acervos de propriedade do estado.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Ter locais seguros de guarda das armas e munições;
- Ter rastreabilidade da localização de cada arma ao longo do fluxo;
- Realizar envio célere e regular de armas e munições apreendidas para destruição.

QUESTÕES ORIENTADORAS PARA O DIAGNÓSTICO:

- Existem normas que regulamentam os fluxos de custódia de armas apreendidas no estado?
- Quais são as normas que regulamentam a guarda e o acautelamento de armas de propriedade das polícias?
- As condições de segurança dos locais de armazenamento são adequadas?
- Como é feito o registro e rastreamento da localização de cada arma ao longo do fluxo?
- Existe um fluxo de coleta periódica de informações sobre o volume de armas sob responsabilidade do estado?

